



Editorial

Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo

Ana Lucia Araujo e Ynaê Lopes dos Santos

Práticas da História, n.º 15 (2022): 7-13

www.praticasdahistoria.pt

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito dos projetos UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

Editorial

Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo

Ana Lucia Araujo* e Ynaê Lopes dos Santos**

Nos últimos trinta anos, os debates em torno do passado escravista transatlântico e da colonização europeia da África, Ásia e Américas têm encontrado um terreno fértil no espaço público de países africanos, europeus, asiáticos e das Américas.¹ Desde 2013, com a ascensão do movimento #BlackLivesMatter nos Estados Unidos, e em 2015, com o movimento *Rhodes Must Fall* na África do Sul e na Inglaterra, esses debates têm se acirrado em outros países como o Canadá, Brasil, França, Portugal, Holanda, Bélgica, Espanha, Senegal, Nigéria, República do Benim, Japão e Austrália.² De um lado ativistas e cidadãos que, depen-

* Ana Lucia Araujo (aaraujo@howard.edu). Howard University, 2400 Sixth Street NW Washington, DC 20059, Estados Unidos da América.

** Ynaê Lopes dos Santos (ynaee.lopes.santos@gmail.com). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Campus do Gragoatá, Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Bloco O, sala 205, Niterói 24210-201, Brasil.

1 Muitos trabalhos abordaram a onda memorial que começa a partir dos anos 1990. Ver Christine Chivallon, “L’émergence récente de la mémoire de l’esclavage dans l’espace public: enjeux et significations”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 52-54 (2005): 64-81; Christine Chivallon, *L’esclavage, du souvenir à la mémoire: contribution à une anthropologie de la Caraïbe* (Paris: Karthala, 2012); Ana Lucia Araujo, *Shadows of the Slave Past: Memory, Heritage, and Slavery* (Nova Iorque: Routledge, 2014); Renaud Hourcade, *Les ports négriers face à leur histoire: politiques de la mémoire à Nantes, Bordeaux et Liverpool* (Paris: Daloz, 2014); Crystal Marie Fleming, *Resurrecting Slavery: Racial Legacies and White Supremacy in France* (Filadélfia: Temple University Press, 2017); Jessica Moody, *The Persistence of Memory: Remembering Slavery in Liverpool ‘Slaving Capital of the World’* (Liverpool: Liverpool University Press, 2020), Erika B. Arantes, Juliana Barreto Farias e Ynaê Lopes dos Santos, “Dossiê: Racismo em pauta: a história que a história não conta”, *Revista Brasileira de História* 41, n.º 88 (2021): 15-32; e Paulo Pachá e Thiago Krause, “Derrubando estátuas, fazendo história”, *O Globo*, 19 de junho de 2020, <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/artigo-derrubando-estatuas-fazendo-historia-24487372>.

2 Roseanne Chantiluke, Brian Kwoba, e Athniamganso Nkopo, ed. *Rhodes Must Fall: The Struggle to Decolonise the Racist Heart of Empire* (Londres: Zed Books, 2018).

dendo do contexto são racializados como negros ou africanos-europeus, com apoio de seus aliados brancos, pedem a derrubada de monumentos homenageando traficantes de escravizados, Confederados que defenderam a escravidão e supremacistas brancos.³ De outro lado, indivíduos racializados como brancos também passaram a se organizar para defender os símbolos do passado escravista e colonial, principalmente nos Estados Unidos e em países europeus.⁴

Depois do assassinato de George Floyd em março de 2020, esses movimentos se intensificaram ainda mais e se espalharam por vários países. Ativistas reivindicaram a remoção ou derrubaram com suas próprias mãos estátuas de escravistas e traficantes de escravos como Robert E. Lee, Edward Colston, Robert Milligan, James McGill e Borba Gato.⁵ Manifestantes racializados como negros, brancos e indígenas, às vezes com o apoio de ativistas brancos, também atacaram monumentos homenageando os pais fundadores dos Estados Unidos que eram proprietários de escravos, como George Washington e Thomas Jefferson, e mesmo outras figuras até então quase intocadas que foram símbolos do colonialismo europeu, como Winston Churchill e Cristóvão Colombo.⁶

Além da derrubada dos monumentos, a esfera pública foi tomada por outros debates e ações cada vez mais instigantes. Durante um período de polarização que emergiu com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a comemoração da data simbólica 1619, que marcou a chegada dos primeiros africanos escravizados (devidamente documentada) na colônia da Virgínia, suscitou uma onda de comemorações. A

3 Sobre africanos-europeus, ver Olivette Otele, *African Europeans: An Untold Story* (Londres: Hurst, 2020). Sobre os monumentos rendendo homenagem a supremacistas brancos e confederados, ver Adam H. Dobby, *The False Cause: Fraud, Fabrication, and White Supremacy in Confederate Memory* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2020); Karen Cox, *No Common Ground: Confederate Monuments and the Ongoing Fight for Racial Justice* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021).

4 Ana Lucia Araujo, *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past* (Londres: Bloomsbury Academic, 2020).

5 Erin Thompson, *The Rise and Fall of America's Public Monuments* (Nova Iorque: W. W. Norton, 2022). Araujo, *Slavery in the Age of Memory* e Cox, *No Common Ground*; Arantes, Farias e Santos, "Dossiê: Racismo em pauta: a história que a história não conta".

6 Caroline Elkins, *Legacy of Violence: A History of the British Empire* (Nova Iorque: Knopf, 2022) e Thompson, *The Rise and Fall of America's Public Monuments*.

comemoração também foi marcada pela publicação do Projeto 1619, um suplemento jornalístico do *New York Times Magazine* (recentemente publicado sob forma de livro) visando mostrar o papel central da escravidão na história dos Estados Unidos.⁷ Logo após a publicação do suplemento, alguns acadêmicos criticaram o projeto por erros factuais e por colocar “ideologia” acima da compreensão histórica. Vários meses após a publicação do Projeto 1619 e do livro e dessa onda de críticas, o historiador estadunidense James H. Sweet, então presidente da American Historical Association, associação nacional de historiadores americanos, criticou o projeto em um ensaio onde utiliza o termo “presentismo”, sem nunca estabelecer uma diferenciação clara entre história e memória como modos de discurso sobre o passado, mas ainda assim distintos.⁸ Tal crítica tardia denunciando a politização da escrita da “história” teve uma grande repercussão na esfera pública, e gerou polarização tanto nas mídias sociais como em artigos de jornais e revistas. Com o apoio do *New York Times*, o Projeto 1619 teve uma ampla repercussão na mídia. Os idealizadores do projeto passaram a promover a distribuição do suplemento didático em escolas, assim como a introdução deste material no currículo das escolas americanas, onde professores passaram a usá-lo para ensinar a história da escravidão, das desigualdades raciais, e a história do encarceramento em massa que atinge desproporcionalmente a população negra americana. Em resposta, um outro grupo de acadêmicos brancos identificados com movimentos de direita lançou o *Projeto 1776*, com o intuito de promover ideais de “patriotismo e orgulho da história americana”. O objetivo da iniciativa era atacar o Projeto 1619 e o que esses representantes da extrema-direita designaram como “teoria crítica da raça”: um amplo movimento intelectual que surgiu nos anos 1960 e que enfatiza que a ideia de raça é uma construção histórica, sendo o racismo produto de sistemas legais e políticos.

7 Nikole Hanna-Jones, *The 1619 Project: A New Origin Story* (Nova Iorque: One World, 2021).

8 James H. Sweet, “Is History History? Identity Politics and Teleologies of the Present”, *Perspectives on History*, 17 de agosto de 2022, <https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/september-2022/is-history-history-identity-politics-and-teleologies-of-the-present>.

Ainda que existam nuances específicas do contexto estadunidense, debates similares têm se produzido em outros países das Américas, principalmente no Brasil, com pseudomovimentos de extrema-direita, tais como o da “escola sem partido”, que tem como objetivo introduzir valores conservadores e religiosos nas escolas brasileiras, chegando até mesmo a questionar o conceito de escravidão. Apesar dessa onda reacionária de extrema-direita, também se observa um reconhecimento público crescente das heranças do passado escravista, uma agenda histórica do movimento negro brasileiro. Essa tendência ganhou especial relevância com a lei 10.639, sancionada em 2003, e cujo aniversário de vinte anos é comemorado esse ano. A lei faz obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas e instituições de ensino superior do país. No que tange à política patrimonial do Brasil, este debate ficou especialmente evidenciado com a inscrição do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade da UNESCO em 2017, resultado de um processo longo, que envolveu um amplo debate público travado por diferentes setores sociais. A valorização dos lugares de memória da escravidão também ganhou novo tônus em Alagoas, por ocasião do reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do Mercosul em 2017. Na cidade de Salvador, Bahia, novas iniciativas como o projeto Salvador Escravista e, no Vale do Paraíba, por meio do projeto Passados Presentes, também apontam para o reconhecimento do passado escravocrata do país no espaço público.⁹ Tais questões também encontram ressonância no crescimento do interesse do público leitor por autores negros e negras e por obras que debatam a questão racial no Brasil, um novo nicho editorial que vem crescendo no país.

Na Europa, as batalhas da memória pública da escravidão e da colonização também têm ficado visíveis no espaço público e não se restringem a remover monumentos pró-escravocratas, mas também se manifestam nos debates relativos ao ensino da história da escravidão

9 Carlos Silva Jr., “Monumentos e as memórias da escravidão no Brasil contemporâneo”, *Portal Geledés*, 11 de agosto de 2021, <https://www.geledes.org.br/monumentos-e-as-memorias-da-escravidao-no-brasil-contemporaneo/>. Ver também Salvador Escravista, www.salvadorescravista.com; e *Passados Presentes*, <http://passadospresentes.com.br/>

e do racismo. Do mesmo modo, gradualmente, vários museus norte-americanos, ingleses, franceses e holandeses têm abordado a história da escravidão.¹⁰ Ao mesmo tempo, o papel de vários museus tem sido cada vez mais questionado, pois suas coleções abrigam milhares de objetos saqueados durante as guerras de conquista do continente africano e durante o período do colonialismo europeu na África.¹¹ Nesse contexto, diversas nações africanas, como a República do Benim, o Senegal e a Nigéria, fizeram pedidos oficiais de repatriação de objetos saqueados. Em alguns casos, tais pedidos de restituição do patrimônio africano têm tido certo sucesso. Em novembro de 2021, a França devolveu à República do Benim 26 tesouros roubados pelas tropas coloniais durante a conquista do Daomé. Embora esses objetos correspondam apenas a uma ínfima parte dos artefatos saqueados, esse caso é um exemplo do possível sucesso de tais pedidos de repatriação, mesmo se um país como Portugal continua evitando debater o problema das restituições sob a justificativa de que até agora não recebeu “nenhum pedido de devolução”.¹²

Esses debates mostram que vivemos um momento único, em que a interseção entre a memória do passado da escravidão e do colonialismo, assim como o acirramento das desigualdades raciais, é cada vez mais presente no espaço público e na esfera pública. Com o objetivo de articular os debates sobre a memória pública da escravatura e do colonialismo numa perspectiva transnacional e comparada, o presente número “Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e da colonização”, é o primeiro de uma série composta de dois números que explora esses problemas a partir de quatro continentes e cinco países distintos: Haiti, Inglaterra, Portugal, Fiji e Moçambique.

O artigo do sociólogo Jerry Michel, “Les habitations coloniales entre politiques, récits et représentations en Haïti”, examina as antigas

10 Ana Lucia Araujo, *Museums and Atlantic Slavery* (Abingdon: Routledge, 2021).

11 Gaëlle Beaujean, *L'art de la cour d'Abomey: Le sens des objets* (Paris: Presses du Réel, 2019) e Dan Hicks, *The Brutish Museums: The Benin Bronzes, Colonial Violence, and Cultural Restitution* (Londres: Pluto Press, 2020).

12 João Carlos, “Arte africana em Portugal: ‘Não há pedido de devolução’”, *DW*, 14 de março de 2023, <https://www.dw.com/pt-002/obras-de-arte-africanas-em-portugal-não-há-pedido-de-devolução/a-64976706>.

plantações de Saint-Domingue (Haiti atual) como lugares de memória da escravidão e do período colonial na antiga colônia francesa que se tornou a primeira nação negra independente e o primeiro país a abolir a escravidão nas Américas. Embora esse estudo tenha como foco o Haiti, poderá certamente servir como modelo para interpretar a patrimonialização das antigas plantações escravistas em outros espaços das Américas, seja no Brasil ou em outros países da América Latina e do Caribe.

Complementando o estudo de Michel, no segundo artigo do número, “Displaying Caribbean Plantations in Contemporary British Museums: Slavery, Memory and the Construction of Britishness”, o historiador da arte Matthew Jones examina as representações do Caribe e suas plantações em vários museus britânicos. Jones mostra como esses museus oferecem uma representação homogênea do mundo caribenho, muitas vezes mostrando os atos de resistência contra a escravidão como sendo produto do mundo masculino e ignorando o papel das mulheres escravizadas. Mais uma vez, embora tendo como foco o caso britânico, o estudo de Jones pode servir como exemplo para análises de outros espaços do mundo atlântico onde os museus continuam a apresentar a resistência contra a escravidão como sendo uma ação essencialmente masculina.

Ainda dentro do quadro das representações do passado escravista e colonial, em seu artigo “Reparar, reparando: a memória colonial na Casa da História Europeia”, a historiadora da arte e crítica cultural Inês Beleza Barreiros analisa o caso pouco conhecido da Casa da História Europeia em Bruxelas, na Bélgica, inaugurada em 2017. Partindo de um estudo da história da instituição, assim como de uma análise discursiva de textos, imagens e objetos apresentados na exposição permanente da Casa da História Europeia, Barreiros discute como a nova instituição falha em abordar o colonialismo europeu como experiência comum da história europeia e se pergunta como o novo estabelecimento responde aos pedidos recentes de reparação pela escravidão e o colonialismo.

Deixando a Europa em direção à Ásia, no artigo “Reconceptualisation of *Girmit* Memory: Fiji’s Response to the Re-evaluation of the Colonial Past”, Masaki Kataoka examina como a memória coletiva do

passado colonial nas Ilhas Fiji se reconstitui em resposta à onda global que atualmente desafia a memória desse passado doloroso. Utilizando a noção de “memória cosmopolita”, Kataoka explora como dois grupos distintos, os descendentes dos habitantes indígenas do arquipélago e os descendentes daqueles que imigraram da Índia para Fiji como trabalhadores contratados, confrontam esse passado. No último artigo do número, “Prevalência de traços do escravismo e colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano”, por meio de um estudo etnográfico do estado moçambicano, o historiador Martinho Pedro explora os traços do passado escravista e colonial nas práticas cotidianas atuais de Moçambique, região que forneceu milhares de africanos escravizados para as Américas e para o comércio de escravizados no Oceano Índico.

Na mesa-redonda “Reparar o futuro”, Patrícia Martins Marcos, Pedro Schacht Pereira, Rui Gomes Coelho, Víctor Barros e Inês Beleza Barreiros discutem a história da espoliação escravista e colonial e dos pedidos de reparações por essas atrocidades a partir do exemplo português. As questões discutidas na mesa-redonda se baseiam em debates que os autores têm desenvolvido em artigos e eventos públicos desde 2020. Apesar do foco no mundo português, mais uma vez, as questões pautadas pelos autores estão em diálogo com os debates sobre as atrocidades da era do comércio atlântico de escravizados e do colonialismo em outros países e continentes e seus legados presentes. Fechamos o número com um ensaio do saudoso sociólogo Fernando Ampudia de Haro (1975-2022), “O paradoxo da sociologia histórica”, e com uma entrevista com o sociólogo Michael Löwy. Esperamos, assim, que os artigos e as questões suscitadas por eles engrandeam o debate necessário sobre a memória pública da escravidão e do colonialismo.

Referência para citação:

Araujo, Ana Lucia, e Ynaê Lopes dos Santos. “Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e da colonização”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 15 (2022): 7-14. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30816>.